A AVALIAÇÃO EXTERNA NO ENSINO PÚBLICO: CAMINHOS PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL

MICHELE MIRANDA DE SOUZA

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar a história e a importância das avaliações externas no contexto da educação pública brasileira, destacando como essas ferramentas têm contribuído para o aumento da qualidade do ensino, a partir da produção de dados educacionais que subsidiam políticas públicas. A pesquisa, de cunho bibliográfico e qualitativo, revisita os marcos históricos dessas avaliações no país, desde os primeiros exames oficiais até os atuais sistemas de monitoramento educacional, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como experiências em nível estadual e municipal, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e a Prova São Paulo, implementada pela Prefeitura Municipal de São Paulo. A metodologia utilizada baseia-se na análise de documentos oficiais, legislações, relatórios institucionais e literatura especializada. A discussão aponta que, quando utilizadas de maneira crítica e pedagógica, as avaliações externas podem cumprir um papel estratégico no mapeamento das aprendizagens, na identificação de desigualdades e no planejamento de ações educativas eficazes. As considerações finais reforçam que o uso dessas avaliações deve estar articulado a políticas públicas sustentáveis, formação continuada de professores e valorização do trabalho docente, para que se evite o viés classificatório e se promova, de fato, a equidade e a qualidade no ensino público.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa; Qualidade do ensino; Educação pública; Políticas educacionais; Indicadores de desempenho.

ABSTRACT: This article aims to analyze the history and significance of external evaluations in the context of Brazilian public education, highlighting how these tools have contributed to improving educational quality through the production of reliable data to support public policies. The qualitative and bibliographic research reviews the historical trajectory of these assessments, from early standardized exams to current monitoring systems such as SAEB, Prova Brasil, IDEB, and local initiatives like SARESP and Prova São Paulo. The methodology is based on the analysis of official documents, legislation, institutional reports, and specialized literature. The findings suggest that, when applied with a pedagogical and critical approach, external evaluations play a strategic role in identifying learning gaps, guiding educational planning, and promoting equity. The article concludes that the effectiveness of these assessments depends on their integration with sustainable policies, teacher training, and the enhancement of school practices.

KEYWORDS: External evaluation; Educational quality; Public education; Educational policies; Learning assessment.

INTRODUÇÃO

A qualidade da educação pública tem sido um tema central nos debates acadêmicos, políticos e sociais, refletindo a crescente preocupação com o direito universal à aprendizagem, a equidade no acesso à educação de qualidade e a eficácia das políticas educacionais implementadas. A discussão sobre como garantir uma educação pública que seja inclusiva e igualitária ganha cada vez mais relevância, especialmente quando se observa as profundas desigualdades regionais e sociais que marcam o cenário educacional no Brasil. Nesse contexto, as avaliações externas em larga escala surgem como ferramentas cruciais para diagnosticar o desempenho das redes de ensino, monitorar o progresso educacional e orientar a implementação de políticas públicas mais eficientes.

Essas avaliações tornaram-se, ao longo dos anos, um elemento estruturante das políticas educacionais no país, sendo progressivamente incorporadas em diferentes esferas governamentais — federal, estadual e municipal. Elas desempenham um papel multifacetado, servindo para medir o desem-

penho dos estudantes, identificar lacunas de aprendizagem, comparar os resultados entre escolas e redes de ensino, e, principalmente, orientar a formulação de estratégias pedagógicas mais eficazes. A presença dessas avaliações nos documentos oficiais e nos discursos educacionais é um reflexo de uma mudança significativa no modo como o Estado brasileiro passou a lidar com o acompanhamento e a regulação da qualidade do ensino, com um foco crescente na produção de dados empíricos e na utilização desses dados para a tomada de decisões mais fundamentadas.

O início desse processo de institucionalização das avaliações externas no Brasil remonta à década de 1990, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), promovido pelo Ministério da Educação (MEC). O SAEB surgiu com o objetivo de gerar dados precisos sobre a aprendizagem dos estudantes, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais mais eficazes e direcionadas. Segundo Freitas (2012), o surgimento do SAEB representou um marco na tentativa do Estado brasileiro de compreender com mais clareza os avanços e as fragilidades da educação em diferentes contextos. A partir desse ponto, o Brasil iniciou uma trajetória de expansão das avaliações externas, com o surgimento de outros dispositivos complementares, como a Prova Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e, mais recentemente, a Prova São Paulo. Esses instrumentos de avaliação têm sido cada vez mais fundamentais para o monitoramento contínuo e territorializado do desempenho escolar, permitindo uma análise mais detalhada das disparidades educacionais entre diferentes regiões e redes de ensino.

A criação dessas ferramentas de avaliação responde à necessidade urgente de produzir dados concretos e objetivos sobre o desempenho das escolas, superando as análises subjetivas e possibilitando um acompanhamento mais rigoroso das metas educacionais estabelecidas. Além disso, ao fornecerem indicadores claros sobre o rendimento dos alunos e a eficácia das políticas educacionais, essas avaliações contribuem para a construção de uma cultura de responsabilização, na qual as diversas instâncias do sistema educacional são chamadas a responder pelos resultados alcançados. No entanto, é crucial que essa responsabilização seja entendida de forma crítica, evitando abordagens punitivas e reconhecendo as desigualdades estruturais que ainda permeiam a educação brasileira. Em vez de utilizar os resultados das avaliações apenas para classificar e punir as escolas, é necessário que se busque uma leitura contextualizada dos dados, que leve em consideração os desafios específicos de cada território e as limitações enfrentadas pelas redes de ensino.

A utilização estratégica das avaliações externas, com uma abordagem crítica e fundamentada, possibilita que os gestores educacionais identifiquem com maior clareza os desafios enfrentados pelas redes de ensino e implementem ações corretivas mais assertivas. Quando as avaliações são usadas de forma consciente e integrada a um conjunto mais amplo de ações pedagógicas e políticas públicas, elas podem servir como instrumentos poderosos para a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, as avaliações fornecem dados valiosos para a formulação de políticas públicas mais equitativas, contribuindo para uma alocação mais justa e eficiente dos recursos educacionais e para o aprimoramento da formação dos profissionais da educação.

No contexto específico do município de São Paulo, a Prova São Paulo tem se destacado como uma iniciativa inovadora no cenário das avaliações externas. Criada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), a Prova São Paulo foi projetada para não apenas medir o desempenho dos estudantes, mas também para subsidiar ações pedagógicas que estejam diretamente alinhadas ao Currículo da Cidade. Essa avaliação se distingue das demais por seu caráter diagnóstico e formativo, uma vez que os resultados são devolvidos às escolas com orientações pedagógicas claras, que favorecem a elaboração de planos de ação pedagógicos adaptados às especificidades de cada unidade escolar e território.

O modelo da Prova São Paulo rompe com a lógica tradicional das avaliações externas, que frequentemente se limitam a produ-

zir rankings e índices de desempenho, sem considerar a realidade local das escolas. Em vez disso, a avaliação busca promover uma intervenção mais focada e contextualizada, com base nas particularidades de cada escola, o que garante que as ações pedagógicas sejam mais eficazes e ajustadas à realidade de cada comunidade escolar. Essa abordagem permite que as escolas se apropriem dos dados gerados pelas avaliações e utilizem essas informações para realizar um planejamento mais assertivo, orientado para a superação das dificuldades identificadas. A Prova São Paulo também se destaca pela sua capacidade de fortalecer a gestão pedagógica, ao proporcionar uma análise mais detalhada do desempenho dos alunos em áreas específicas, como Língua Portuguesa e Matemática, duas disciplinas fundamentais para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes.

Contudo, é fundamental reconhecer que as avaliações externas, por si mesmas, não são capazes de garantir a melhoria da qualidade do ensino. Elas devem ser inseridas em um projeto educacional mais amplo, que contemple o fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores, a melhoria das condições de infraestrutura das escolas, o investimento na valorização dos profissionais da educação e o comprometimento com a construção de uma gestão escolar democrática e participativa. A avaliação é apenas uma das etapas de um ciclo contínuo que envolve diagnosticar, planejar, intervir e reavaliar. Ou seja, as avaliações externas devem ser vistas como instrumentos pedagógicos que precisam ser integrados a um processo mais amplo de melhoria da qualidade da educação.

Além disso, é necessário refletir sobre os significados que têm sido atribuídos a essas avaliações e os efeitos que elas produzem nas práticas escolares. Em vez de tratar a avaliação como um fim em si mesma, é preciso encará-la como um instrumento pedagógico e político, capaz de contribuir para a construção de uma educação pública de qualidade social, voltada para a aprendizagem de todos os estudantes, sem exceção. As avaliações externas devem ser encaradas não apenas como uma ferramenta de mensuração do desempenho, mas também como um recurso para promover uma educação mais justa e inclusiva, que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de sua origem social ou geográfica.

Essa mudança de perspectiva é crucial para que as avaliações externas possam cumprir seu verdadeiro papel na educação brasileira. Quando utilizadas de forma responsável e crítica, essas avaliações podem se tornar um poderoso mecanismo para a melhoria da qualidade do ensino, pois fornecem informações precisas sobre as áreas que necessitam de maior atenção, permitem a identificação de boas práticas pedagógicas e ajudam a promover uma educação mais equitativa. No entanto, é fundamental que elas sejam vistas como parte de um processo contínuo de reflexão e aprimoramento das práticas escolares, que envolva todos os atores educacionais — desde os gestores até os próprios estudantes — na construção de um sistema educacional mais justo, inclusivo e de qualidade.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL

A introdução das avaliações externas em larga escala no Brasil reflete não apenas um avanço técnico no campo da mensuração educacional, mas também um desdobramento de um processo político mais amplo: a redemocratização do país, intensificada a partir da década de 1990. Esse período foi marcado por uma série de esforços para superar o legado de negligência com a educação pública herdado do regime militar, cujo modelo centralizador e excludente havia aprofundado as desigualdades sociais e educacionais. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito social fundamental, impondo ao Estado o dever de garantir sua oferta com qualidade, equidade e universalidade. Nesse cenário, as avaliações externas emergiram como instrumentos essenciais para assegurar maior transparência, participação social e efetividade das políticas públicas educacionais.

Antes desse período, o sistema educacional brasileiro enfrentava sérios entraves: além da escassez de dados confiáveis sobre a qualidade do ensino, havia forte concentra-

ção de investimentos nas regiões mais ricas e privilegiadas, ausência de mecanismos sistemáticos de acompanhamento do desempenho estudantil e altos índices de evasão e reprovação. A ausência de diagnósticos precisos impedia o planejamento de ações eficientes e dificultava o controle social sobre a execução das políticas públicas. A partir da década de 1990, o país inicia um processo de reorganização do sistema educacional, buscando superar essas lacunas por meio de novas ferramentas de gestão, entre as quais se destacam as avaliações externas em larga escala.

O primeiro grande marco dessa transformação foi a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1990, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Inicialmente aplicado a uma amostra representativa de escolas públicas, o SAEB visava produzir dados estatísticos sobre o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, oferecendo uma base empírica para subsidiar o planejamento educacional. Ao oferecer um retrato mais preciso da qualidade do ensino no país, o SAEB representou uma ruptura com o modelo anterior, baseado em informações fragmentadas ou meramente quantitativas, como taxas de matrícula e conclusão. Com isso, tornou-se um pilar das políticas de avaliação educacional no Brasil.

Ao longo dos anos, o SAEB foi ampliado e diversificado. Em 2005, foi criada a Prova Brasil, com o objetivo de avaliar os alunos do ensino fundamental em níveis mais abrangentes, especialmente os das escolas públicas urbanas, a partir de testes censitários. A Prova Brasil permitiu análises mais comparativas e detalhadas entre redes, escolas e regiões, oferecendo subsídios valiosos para a identificação de desigualdades educacionais e para o aprimoramento das práticas pedagógicas. Esse novo modelo de avaliação contribuiu para o fortalecimento da cultura de monitoramento e accountability no setor público, ao tornar os resultados mais visíveis para gestores, educadores e a sociedade civil.

O lançamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, foi outro passo decisivo. O IDEB inovou ao combinar o desempenho dos alunos nas avaliações externas com a taxa de aprovação, construindo um indicador sintético da qualidade do ensino. Sua criação possibilitou não apenas o acompanhamento longitudinal da evolução educacional, mas também o estabelecimento de metas de melhoria para cada escola, rede e ente federativo. Além de seu valor técnico, o IDEB teve forte impacto político, pois introduziu parâmetros objetivos que passaram a orientar a alocação de recursos, o planejamento das redes de ensino e o acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Ele também intensificou o envolvimento da sociedade na cobrança por resultados e na defesa de uma educação pública de melhor qualidade.

Paralelamente aos avanços em âmbito federal, diversos estados brasileiros passaram a implementar seus próprios sistemas de avaliação. O pioneirismo do Estado de São Paulo se destacou com a criação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), em 1996. Inspirado nos princípios do SAEB, o SARESP buscou adaptar a avaliação às especificidades regionais, promovendo diagnósticos mais precisos das necessidades locais. Ao oferecer dados desagregados por escola e por série, o sistema passou a ser uma ferramenta essencial de gestão para os dirigentes educacionais, além de fornecer indicadores que auxiliam o planejamento pedagógico nas escolas.

A criação de sistemas estaduais e municipais de avaliação, como o SARESP, também fortaleceu o princípio do regime de colaboração entre os entes federativos, previsto na Constituição de 1988. Com isso, a avaliação educacional no Brasil deixou de ser uma atribuição exclusivamente federal e passou a ser compartilhada, promovendo uma maior descentralização e autonomia das redes subnacionais. Essa multiplicidade de sistemas, embora traga desafios quanto à padronização e comparabilidade dos dados, enriquece o panorama educacional ao possibilitar uma abordagem mais contextualizada e responsiva às demandas locais.

As avaliações externas em larga escala, portanto, consolidaram-se como instrumentos indispensáveis para a gestão e o aprimoramento da educação pública no Brasil. Elas

proporcionam um diagnóstico robusto das condições de ensino e aprendizagem, evidenciam desigualdades estruturais, incentivam a adoção de políticas públicas baseadas em evidências e ampliam a accountability dos gestores. No entanto, é fundamental ressaltar que essas avaliações não devem ser tratadas como fim em si mesmas, tampouco como instrumentos punitivos. Seu real potencial está em serem utilizadas como ferramentas de orientação pedagógica, planejamento escolar e formação docente, contribuindo para o fortalecimento do processo educativo como um todo.

Dessa forma, a história das avaliações externas no Brasil está diretamente ligada à luta pela efetivação do direito à educação de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal e nas diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Mais do que um instrumento técnico, elas representam um avanço civilizatório na construção de um sistema educacional mais democrático, transparente e comprometido com a equidade. Para que cumpram plenamente seu papel, é necessário garantir sua articulação com outras políticas educacionais estruturantes, como a valorização dos profissionais da educação, o fortalecimento da gestão escolar e a ampliação das condições de aprendizagem nas escolas. Assim, as avaliações externas podem contribuir, de forma efetiva, para a construção de um projeto educacional mais justo, inclusivo e transformador.

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO E POLÍTICA PÚBLICA

É fundamental compreender que as avaliações externas não devem ser vistas apenas como instrumentos técnicos voltados para a mensuração do desempenho dos alunos, mas como componentes centrais de um projeto político-pedagógico mais amplo, com o objetivo de promover a melhoria contínua da educação. Sua implementação no Brasil, por meio de sistemas como o SAEB, a Prova Brasil e o SARESP, reflete uma estratégia de gestão educacional que se baseia em dados empíricos, buscando garantir o direito à educação de qualidade e fornecer um diagnóstico preciso sobre as defasagens no ensino. Esses sistemas de avaliação têm um papel crucial na formulação de políticas públicas, pois geram informações valiosas que subsidiam a tomada de decisões mais assertivas e a alocação eficiente de recursos.

O uso de avaliações externas em larga escala no Brasil é parte de um movimento mais amplo para aprimorar o sistema educacional e garantir a equidade no acesso à educação de qualidade. No entanto, como argumenta Bonamino (2011), é preciso entender que o uso dos dados gerados por essas avaliações vai além da simples mensuração de resultados; trata-se de uma ferramenta para fortalecer a cultura de responsabilização no sistema educacional. O objetivo da responsabilização não é punir, mas incentivar escolas, professores e gestores a adotar práticas pedagógicas mais eficazes, baseadas em evidências. Essa abordagem pode levar à melhoria do ensino, pois permite identificar pontos fortes e fracos, criando uma base sólida para ações corretivas e melhorias contínuas.

Contudo, é preciso ter cuidado para que a responsabilização não se traduza apenas em uma cobrança superficial de resultados, sem considerar o contexto e as condições específicas de cada escola. O risco da “cultura do resultado” é que ela possa desvirtuar o propósito da avaliação, transformando-a em uma medida punitiva e comparativa. A prática do "teaching to the test" – ou ensino voltado apenas para os conteúdos avaliados – é um exemplo claro de como a pressão para obter bons resultados pode prejudicar o desenvolvimento integral dos estudantes, limitando suas aprendizagens a aspectos estreitos do currículo e negligenciando competências e habilidades mais amplas, que são igualmente importantes para a formação de cidadãos críticos e preparados para a vida.

Por isso, é essencial que as avaliações externas sejam sempre acompanhadas de ações pedagógicas concretas, que transformem os dados em estratégias de ensino eficazes. O planejamento educacional, fundamentado nos resultados dessas avaliações, deve adotar uma abordagem formativa, que envolva a reflexão crítica sobre os dados e as práticas pedagógicas. A análise dos resultados deve considerar as especificidades de cada escola e de cada região, reconhecendo que as realidades locais podem influenciar signi-

ficativamente os resultados obtidos. Dessa forma, as avaliações se tornam uma ferramenta de diagnóstico e orientação, que, ao invés de impor metas rígidas e uniformes, propõem soluções adaptadas às necessidades de cada contexto educacional.

Além disso, a integração das avaliações externas com políticas de formação docente é imprescindível. O investimento na qualificação contínua dos professores, por meio de programas de formação inicial e continuada, é uma das principais formas de garantir que os dados gerados pelas avaliações sejam utilizados para melhorar a prática pedagógica nas escolas. É preciso fornecer aos docentes as condições necessárias para que possam interpretar os resultados das avaliações e aplicá-los de maneira construtiva no cotidiano escolar, promovendo mudanças significativas nos processos de ensino-aprendizagem. A disponibilização de recursos pedagógicos adequados, como materiais de apoio, tecnologias educacionais e práticas inovadoras, também é fundamental para que as escolas possam responder de maneira efetiva aos desafios apontados pelas avaliações externas.

Em resumo, as avaliações externas no Brasil têm o potencial de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade educacional, mas seu sucesso depende de como são utilizadas dentro de um projeto educacional mais amplo. Elas não podem ser vistas como soluções isoladas, mas sim como um dos instrumentos de um processo contínuo de melhoria da educação, que envolve não apenas a mensuração de resultados, mas também a implementação de ações concretas que considerem o contexto das escolas, o fortalecimento da formação docente e a disponibilização de recursos pedagógicos adequados. Dessa forma, as avaliações externas se tornam não apenas um mecanismo de controle, mas uma ferramenta estratégica para a transformação do ensino no Brasil.

A EXPERIÊNCIA DA PROVA SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO

Um exemplo emblemático e recente de como as avaliações externas podem ser aplicadas de forma estratégica, pedagógica e contextualizada é a Prova São Paulo, implementada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) em 2021. Essa iniciativa surgiu em um momento particularmente desafiador para a educação pública: o período pós-pandêmico, marcado pelas profundas perdas de aprendizagem causadas pelo ensino remoto emergencial adotado durante a pandemia de Covid-19. Ao reconhecer que a crise sanitária havia aprofundado as desigualdades educacionais e comprometido o desenvolvimento de competências básicas entre os estudantes, a SME-SP optou por construir uma avaliação própria, com foco diagnóstico e articulada às especificidades locais da maior rede municipal de ensino do país.

A Prova São Paulo foi idealizada não como um instrumento de medição padronizada destinado à comparação entre escolas ou redes, mas sim como uma ferramenta diagnóstica voltada à compreensão das reais necessidades dos alunos. Seu escopo abrange os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, aplicando-se aos estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Entretanto, o que a diferencia de outras avaliações em larga escala é o seu alinhamento intencional ao Currículo da Cidade, documento oficial da rede paulistana que busca valorizar a diversidade social, cultural e linguística dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Ao respeitar as diretrizes curriculares locais, a Prova São Paulo rompe com o modelo tradicional de avaliações exógenas e generalizantes. A aplicação da prova é acompanhada de um processo sistemático de análise pedagógica dos resultados, o que permite a elaboração de estratégias específicas para cada escola, considerando seu contexto, desafios e potencialidades. Nesse sentido, a avaliação passa a cumprir sua função formativa e propositiva, orientando ações concretas de intervenção pedagógica.

A utilização dos dados gerados pela Prova São Paulo ocorre de forma integrada e articulada à gestão escolar. A partir dos resultados, cada Unidade Educacional desenvolve um Plano de Ação (PAU), com metas e estratégias específicas para superar as defasagens identificadas. Esses planos são elaborados coletivamente por gestores, co-

ordenadores pedagógicos e professores, o que reforça o princípio da gestão democrática e a corresponsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem. As informações da avaliação subsidiam, ainda, a reorganização do tempo pedagógico, a oferta de reforço escolar, o desenvolvimento de materiais didáticos específicos e a criação de novas oportunidades formativas para os docentes.
Outro aspecto de destaque da Prova São Paulo é a sua abordagem não punitiva. Ao contrário de sistemas que utilizam avaliações para ranquear escolas, aplicar sanções ou estimular competição entre unidades, a avaliação municipal paulistana propõe uma lógica de apoio e melhoria contínua. Trata-se de um modelo que valoriza o trabalho docente e reconhece a complexidade do processo educativo, promovendo uma cultura de acompanhamento e aprimoramento constante, baseada em evidências e no compromisso com a equidade.
A formação continuada de professores tem sido uma das principais estratégias mobilizadas a partir dos resultados da Prova São Paulo. A SME-SP tem promovido cursos e oficinas voltados à análise pedagógica dos dados e ao planejamento de práticas pedagógicas mais alinhadas às necessidades dos alunos. Essa articulação entre avaliação e formação docente é um dos pilares do modelo paulistano, pois reconhece que são os professores os principais agentes da transformação educacional e que sua qualificação contínua é fundamental para promover a aprendizagem com qualidade.
Além disso, o modelo de avaliação adotado por São Paulo reafirma o papel das escolas como espaços de reflexão crítica, autonomia pedagógica e engajamento com a realidade local. Ao utilizar os resultados da avaliação para informar práticas escolares concretas, a Prova São Paulo transforma-se em um instrumento potente de gestão pedagógica, contribuindo para o fortalecimento da cultura de dados e da tomada de decisão baseada em evidências.
Assim, a experiência da Prova São Paulo evidencia que é possível construir um modelo de avaliação externa que vá além da simples mensuração de resultados. Trata-se de um exemplo inspirador de como as avaliações podem ser utilizadas como ferramentas de transformação pedagógica, desde que estejam integradas a uma política educacional comprometida com a justiça social, a valorização dos profissionais da educação e o respeito à diversidade dos estudantes.
Portanto, a Prova São Paulo não deve ser compreendida apenas como uma resposta emergencial à pandemia, mas como um marco na construção de um modelo de avaliação educacional mais sensível às realidades locais, mais próximo das escolas e mais eficiente na produção de mudanças concretas na aprendizagem. Seu êxito reside na articulação entre diagnóstico e ação, entre política pública e prática pedagógica, consolidando-se como uma referência de avaliação a serviço da equidade e da qualidade na educação pública brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das avaliações externas no Brasil evidencia sua relevância estratégica na formulação de políticas educacionais voltadas à melhoria do ensino. Desde a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos anos 1990 até iniciativas estaduais e municipais como o SARESP e a Prova São Paulo, essas avaliações tornaram-se importantes ferramentas de diagnóstico da aprendizagem e de orientação pedagógica.
Elas possibilitam que gestores públicos, em todas as esferas, tomem decisões fundamentadas, identificando desigualdades e áreas prioritárias para intervenção. Com isso, é possível desenvolver políticas educacionais mais eficazes e promover a distribuição mais equitativa de recursos. No entanto, é essencial compreender que tais instrumentos não são soluções definitivas: devem ser acompanhados de ações articuladas, como valorização docente, melhorias estruturais nas escolas, formação continuada e estratégias pedagógicas mais inclusivas.
A eficácia das avaliações externas depende da forma como os dados são utilizados. A simples mensuração do desempenho não basta — é necessário que os resultados impulsionem mudanças concretas na prática escolar. A integração entre avaliação e ação pedagógica exige um ciclo contínuo de análise, reflexão e ajustes. A transformação educacional requer uso consciente e pedagógico dos dados gerados, priorizando inter-

venções que respondam às reais necessidades dos estudantes.

A Prova São Paulo é um exemplo positivo. Criada pela Secretaria Municipal de Educação, visa diagnosticar defasagens de aprendizagem agravadas pela pandemia, com base no "Currículo da Cidade". Sua abordagem não é punitiva, mas orientada ao planejamento pedagógico, à formação de professores e à reestruturação do tempo escolar. Essa perspectiva, centrada no uso pedagógico das informações, promove intervenções mais ajustadas à realidade de cada escola.

Outro fator essencial é a valorização dos profissionais da educação. Avaliar sem garantir formação adequada, suporte pedagógico e condições dignas de trabalho reduz o impacto dessas iniciativas. A formação continuada, orientada pelos dados das avaliações, contribui para uma prática docente mais qualificada e sensível à diversidade das salas de aula.

Para que cumpram plenamente seu papel, as avaliações externas devem integrar uma visão transformadora de educação. Devem ser mais do que instrumentos de controle; precisam ser pontos de partida para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e ações pedagógicas estruturadas. Quando bem utilizadas, tornam-se motores de uma educação mais justa, democrática e de qualidade.

A experiência da Prova São Paulo comprova que avaliações integradas a estratégias pedagógicas podem promover justiça educacional e desenvolvimento integral dos estudantes. Esse modelo precisa ser expandido, respeitando as especificidades locais e incentivando práticas mais inclusivas. Assim, as avaliações externas deixarão de ser apenas diagnósticas e se tornarão ferramentas de transformação, contribuindo efetivamente para garantir o direito à educação com qualidade a todos.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia C. Avaliação da educação básica: limites e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 251-262, 2011.

FREITAS, Luiz C. de. Avaliação e controle na educação brasileira: entre as provas e a política. Educação & Sociedade, v. 33, n. 120, p. 15-32, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: abr. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Relatório de Resultados da Prova São Paulo – 2022. São Paulo: SME, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/sme. Acesso em: abr. 2025.

SOUZA, Sandra R. de. A avaliação externa como instrumento de gestão pedagógica: possibilidades e desafios. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 676-693, 2018.